

Dependência de recursos federais diminuiu no Nordeste em 2017

O quadro financeiro e fiscal das unidades federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o Banco do Nordeste/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Índice de Dependência Financeira (IDF)”. O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL).

As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para Estados e Municípios.

A Receita Corrente Líquida, por sua vez, corresponde à arrecadação obtida pela própria unidade federativa somada às Transferências Correntes (legais e discricionárias).

O IDF mostra a capacidade de uma unidade federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

O IDF Nacional caiu para 0,27 em 2017 ante 0,30 em 2016, significando que ocorreu diminuição do nível de dependência das unidades federativas em relação às Transferências da União. Cabe ressaltar que as transferências federais caíram em todas as regiões (-4,4%, no Brasil), enquanto as receitas correntes líquidas, à exceção do Norte, aumentaram nas outras regiões, precisamente +4,7% no País (Tabela 1).

Todas as regiões reduziram os respectivos Índices de Dependência Financeira, quando se compara 2017 com 2016. A queda mais expressiva ocorreu no Centro-Oeste (-13,1%) e no Sudeste (-11,5%). Seguiram Sul (-6,6%), Nordeste (-6,1%) e Norte (-4,4%), conforme os dados especificados na Tabela 1.

Atualmente, o Sudeste conta com o menor IDF (0,13), sendo portanto a Região com o menor grau de dependência das Transferências da União. A arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 87% da receita obtida por essa Região em 2017.

Por outro lado, o Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das transferências federais, tendo o IDF alcançado 0,58 em 2017. Significa que a arrecadação auferida no próprio Nordeste representou apenas 42% da receita realizada por essa Região no período em referência.

Dentre os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Espírito Santo (0,22), Minas Gerais (0,27), Pernambuco (0,44), Bahia (0,51), Ceará (0,58), Rio Grande do Norte (0,58), Sergipe (0,60), Paraíba (0,70), Maranhão (0,71) e Piauí (0,71) apresentaram reduções nos respectivos IDF em 2017. Alagoas ficou com o mesmo nível de dependência (0,73). As reduções mais expressivas ocorreram no Piauí (-9,1%), Rio Grande do Norte (-8,6%) e Bahia (-8,4%). Referidos estados obtiveram os maiores crescimentos em suas receitas correntes líquidas.

A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária.

As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

Tabela1 - Indicadores financeiros do Brasil, regiões e estados selecionados - R\$ milhões ⁽¹⁾

Estado/Região/País	RCL		FPE		FPM		TD		IDF	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Alagoas	7.646	7.349	2.945	2.796	1.903	1.854	724	716	0,73	0,73
Bahia	28.714	29.953	6.486	6.233	7.439	7.237	2.119	1.861	0,56	0,51
Ceará	17.832	17.779	5.076	4.867	3.964	3.861	1.537	1.551	0,59	0,58
Maranhão	12.480	12.505	5.029	4.802	3.316	3.228	964	822	0,75	0,71
Paraíba	8.846	9.131	3.322	3.177	2.582	2.439	821	799	0,76	0,70
Pernambuco	20.853	21.512	4.730	4.572	3.927	3.822	1.034	1.004	0,46	0,44
Piauí	7.579	8.006	3.018	2.877	2.119	2.064	744	709	0,78	0,71
Rio Grande do Norte	8.606	9.112	2.923	2.775	1.977	1.925	574	597	0,64	0,58
Sergipe	6.787	6.885	2.860	2.756	1.162	1.132	283	273	0,63	0,60
Nordeste	119.343	122.231	36.389	34.856	28.390	27.562	8.801	8.331	0,62	0,58
Norte	55.805	55.791	17.942	16.970	7.005	6.805	2.394	2.361	0,49	0,47
Sudeste	252.288	269.123	6.085	5.721	24.892	24.200	7.068	5.993	0,15	0,13
Minas Gerais	53.731	55.174	3.121	2.967	10.489	10.197	1.856	1.749	0,29	0,27
Espírito Santo	11.884	12.193	1.095	1.026	1.405	1.366	285	295	0,23	0,22
Sul	89.279	92.792	4.468	4.303	13.916	13.529	2.928	2.865	0,24	0,22
Centro-Oeste	51.651	55.125	4.060	3.895	4.522	4.400	1.740	1.274	0,20	0,17
Brasil	568.366	595.062	68.944	65.744	78.724	76.495	22.931	20.825	0,30	0,27

Fonte: Elaboração Banco do Nordeste/ETENE, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: (1) Valores em R\$ milhões, exceto o índice de Dependência Financeira - IDF. RCL- Receita Corrente Líquida. FPE - Fundo de Participação dos Estados. FPM - Fundo de Participação dos Municípios. TD - Transferências Discricionárias.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Allisson David de Oliveira Martins, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliane Cordeiro Barroso. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Rodrigo Fernandes Ribeiro. Jovem Aprendiz: Yago Carvalho Lima.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.